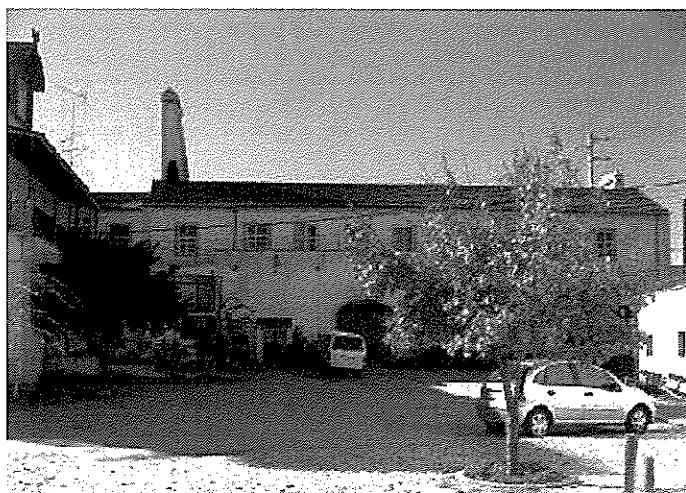


Lar N^a Sr^a da Graça de Póvoa e Meadas

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2022



Índice

1. Demonstrações Financeiras	3
Balanço	3
Demonstração de resultados por naturezas	5
Demonstração de fluxos de caixa	5
2. Identificação da Entidade	6
3. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	7
4. Principais Políticas Contabilísticas	7
4.1 Bases de Apresentação	7
4.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração	8
5. Ativos Fixos Tangíveis	13
7. Utentes	14
8. Estado e Outros entes Públicos	15
9. Outras contas a Receber	15
10. Caixa e Depósitos bancários	15
11. Fundo de Capital	16
12. Fornecedores	16
13. Financiamentos Obtidos	17
15. Vendas e Serviços prestados	17
16. Subsídios, doações e legados à exploração	18
17. Custo das mercadorias vendidas	18
18. Fornecimentos e Serviços externos	18
19. Gastos com o pessoal	19
20. Outros Rendimentos e Ganhos	19
21. Outros Gastos e perdas	19
22. Gastos/ reversões de depreciações	19
23. Resultados financeiros	20
24. Eventos Subsequentes	20
25. Acontecimentos após data de Balanço	20

1. Demonstrações Financeiras

Balanço

Lar N^a Sr^a da Graça de Póvoa e Meadas
Balanco Individual em 31 de Dezembro de 2022

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.22	31.Dez.21
Activo			
Activos fixos tangíveis	4	4 029 678,01 €	2 455 197,05 €
Bens do Património histórico e cultural	4	5 029,50 €	5 029,50 €
Activos intangíveis	4		2 334,37 €
Investimentos financeiros	5	4 992,27 €	3 620,33 €
Total dos Activos Não Correntes		4 039 699,78 €	2 466 181,25 €
Inventários			- €
Utentes	6	39 655,89 €	17 135,62 €
Estado e outros entes públicos	7	18 130,52 €	7 933,50 €
Outras contas a receber	8	276 525,62 €	1 322 397,23 €
Caixa e depósitos bancários	9	130 707,26 €	198 277,08 €
Total dos Activos Correntes		465 019,29 €	1 545 743,43 €
Total do Ativo		4 504 719,07 €	4 011 924,68 €
Fundos Patrimoniais e passivo			
Fundos		167 173,80 €	167 173,80 €
Resultados transitados		779 451,78 €	730 179,03 €
Outras variações no capital próprio		2 350 788,08 €	2 268 677,15 €
Resultado líquido do exercício		- 20 056,46 €	40 772,75 €
Total do Fundo de capital	10	3 277 357,20 €	3 206 802,73 €
Passivo			
Financiamentos obtidos		635 232,03 €	453 000,83 €
Total dos Passivos Não Correntes		635 232,03 €	453 000,83 €
Fornecedores	11	14 821,33 €	14 283,64 €
Estado e outros entes públicos	7	17 146,09 €	16 430,89 €
Financiamentos obtidos		86 298,80 €	50 000,00 €
Outras contas a pagar	12	100 150,16 €	88 540,83 €
Diferimentos	13	373 713,46 €	182 865,76 €
Total dos Passivos Correntes		592 129,84 €	352 121,12 €
Total do Passivo		1 227 361,87 €	805 121,95 €
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		4 504 719,07 €	4 011 924,68 €

Póvoa de Meadas, 30 de Março de 2023

O Contabilista Certificado

O Presidente

Demonstração de resultados por naturezasLar N^a Sr^a da Graça de Póvoa e Meadas**Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022**

(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.Dez.22</u>	<u>31.Dez.21</u>
Vendas e Serviços prestados	14	442 871,70 €	377 151,79 €
Subsídios, doações e legados à exploração	15	536 574,71 €	576 776,75 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	- 94 950,84 €	- 1 356,70 €
Fornecimentos e serviços externos	17	- 204 597,04 €	- 255 401,79 €
Gastos com o pessoal	18	- 696 981,52 €	- 653 119,42 €
Outros rendimentos e ganhos	19	19 775,25 €	17 061,16 €
Outros gastos e perdas	20	- 2 747,63 €	- 1 309,11 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		- 55,37 €	59 802,68 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	21	- 18 954,62 €	- 18 150,60 €
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		- €	- €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		- 19 009,99 €	41 652,08 €
Juros e rendimentos similares obtidos	22	- €	- €
Juros e gastos similares suportados	23	- 1 046,47 €	- 879,33 €
Resultado antes de impostos		- 20 056,46 €	40 772,75 €
Imposto sobre o rendimento do período		- €	- €
Resultado líquido do período		- 20 056,46 €	40 772,75 €

Póvoa de Meadas, 30 de Março de 2023

O Contabilista Certificado

O Presidente

Demonstração de Fluxos de Caixa

Entidade: LAR NOSSA SENHORA DA GRAÇA - PÓVOA E MEADAS
 Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31.12.2021

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes	+	398 105,42	400 501,28
Pagamentos de subsídios	-		
Pagamentos de apoios	-		
Pagamentos de bolsas	-		
Pagamentos a fornecedores	-	(252 907,62)	(231 221,03)
Pagamentos ao pessoal	-	(526 024,21)	(430 117,05)
Caixa gerada pelas operações	+/-	(279 826,81)	(320 836,83)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	+/-		
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	(106 234,27)	318 884,42
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	(408 129,16)	(1 952,41)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a			
Ativos fixos tangíveis	-	(1 184 023,00)	(661 352,83)
Ativos intangíveis	-		
Investimentos financeiros	-	(608,42)	(398,55)
Outros ativos	-		
Recebimentos provenientes de			
Ativos fixos tangíveis	+		9 000,00
Ativos intangíveis	+		
Investimentos financeiros	+		
Outros ativos	+		
Subsídios ao investimento	+	1 313 138,76	358 618,47
Juros e rendimentos similares	+		18,78
Dividendos	+		
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	128 129,34	(194 612,13)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+	453 000,83	50 000,00
Realização de fundos	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+		
Outras operações de financiamento	+		
Pagamentos respeitantes a			
Financiamentos obtidos	-		
Juros e gastos similares	-	(879,33)	(700,60)
Resultado Líquido	-		
Reduções de fundos	-		
Outras operações de financiamento	-		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)	452 121,50	49 299,40
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	94 121,68	(147 265,14)
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	104 146,42	251 411,56
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	198 277,08	104 146,42

Identificação da Entidade

Do Livro de Registo de Atas do LAR sobressaem algumas passagens interessantes que revelam o entusiasmo havido então e vale a pena transcrever:

"No Ano de 1980 era Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide o Senhor Carolino Coimbra Pina Tapadejo e Vereadores os Srs. Manuel de Fátima Laranjo, José de Alegria Rouqueiro, Ilídio Guimarães e D. Maria de Lurdes Tavares Semedo, Presidente da Junta de Freguesia local o Sr. João Manuel Carapeto, Secretário e Tesoureiro da mesma os Srs. José de Brito Lopes Marques e José de Oliveira Valente, respetivamente. Sabendo estes autarcas a necessidade da população idosa da freguesia em matéria de apoio e tendo conhecimento da existência de um palacete do princípio do Século, em boas condições de conservação e com ótima localização, logo nasceu a ideia da criação de uma Instituição para dar aos mais idosos e não só um apoio efetivo nas suas necessidades como alimentação, tratamento de roupas, ocupação de tempos livres. Assim iniciou-se um levantamento da população idosa feito pela Sr. «D. Alice Gaspar, que amavelmente se dispôs a trabalhar desinteressadamente para a futura Instituição. Paralelamente a Câmara Municipal em fevereiro de 1981, por intermédio do seu Presidente entrou em contacto com o proprietário do imóvel atrás citado para saber da disponibilidade deste, em efetuar a transação do edifício para a Câmara Municipal o acolhimento foi positivo".

A escritura de compra e venda do edifício, incluindo dependências agrícolas e logradouro, tem a data de 12 de março de 1981. Logo de seguida começa o processo de organização da Instituição e discussão dos Estatutos sendo a constituição da Associação em 25 novembro de 1982

Atualmente desenvolve a sua atividade na componente social, disponibilizando à sua população as seguintes respostas sociais por área de intervenção e número de utentes previstos em acordo de cooperação tipificados:

Terceira Idade:

- Lar de Idosos;
- Centro de Dia;
- Serviço de Apoio Domiciliário;

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

4.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas Demonstrações Financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

4.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ou ao valor inicial da matriz da caderneta predial.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	6 - 7
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	3 - 6
Outros activos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "*Outros rendimentos operacionais*" ou "*Outros gastos operacionais*".

Bens do património histórico e cultural

Os "*Bens do património histórico e cultural*" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ou ao valor inicial da matriz da caderneta predial.

O justo valor ou o valor inicial da matriz da caderneta predial é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também é efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "*Outras variações nos fundos patrimoniais*"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são

registadas como gastos do período. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Inventários

As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

Utentes e outras contas a receber

As contas de “Utentes” e “Outras contas a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas quando há informação objetiva da incobrabilidade da dívida.

Caixa e Depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários, de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;

- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Financiamentos Obtidos

Os financiamentos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos.

Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social, defesa do meio ambiente e interprofissionalismo agroalimentar.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral*

dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2022 não ocorreram movimentos na rubrica de bens do património histórico, respeitam a bibliotecas. O Montante atribuído cifra-se em 5.029,50 €.

Outros ativos fixos tangíveis

No que concerne à rubrica de "outros ativos" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2021 e 2022, foram os seguintes:

31 de Dezembro de 2022						
	Saldo em 01-Jan-21	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-21
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	- €	381,22 €	- €	- €	- €	381,22 €
Edifícios e outras construções	2 030 765,68 €	- €	- €	- 1 086 969,97 €	- €	943 795,71 €
Equipamento básico	189 757,33 €	2 616,21 €	- €	- €	- €	192 373,54 €
Equipamento de transporte	114 700,77 €	- €	- €	- €	- €	114 700,77 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	23 973,84 €	- €	- €	- €	- €	23 973,84 €
Outros activos fixos tangíveis	2 560,40 €	- €	- €	- €	- €	2 560,40 €
Investimentos em curso	610 679,40 €	2 667 405,12 €	- €	- €	- €	3 278 084,52 €
	2 972 437,42 €	2 670 405,55 €	- €	- 1 086 969,97 €	- €	4 555 870,00 €
	Saldo em 01-Jan-21	Depreciações período	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-21
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	203 764,64 €	15 323,32 €	- €	- €	- €	219 087,96 €
Edifícios e outras construções	185 944,81 €	1 733,30 €	- €	- €	- €	187 678,11 €
Equipamento de transporte	99 979,98 €	- €	8 500,00 €	- €	- €	91 479,98 €
Equipamento administrativo	20 523,54 €	395,00 €	- €	- €	- €	20 918,54 €
Outros activos fixos tangíveis	7 027,40 €	- €	- €	- €	- €	7 027,40 €
	517 240,37 €	17 451,62 €	8 500,00 €	- €	- €	526 191,99 €

31 de Dezembro de 2021						
	Saldo em 01-Jan-21	Aquisições / dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-21
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	846 742,68 €	1 184 023,00 €	- €	- €	- €	2 030 765,68 €
Equipamento básico	189 757,33 €	- €	- €	- €	- €	189 757,33 €
Equipamento de transporte	114 700,77 €	- €	- €	- €	- €	114 700,77 €
Equipamento administrativo	23 973,84 €	- €	- €	- €	- €	23 973,84 €
Outros activos fixos tangíveis	2 560,40 €	- €	- €	- €	- €	2 560,40 €
Investimentos em curso	610 679,40 €	- €	- €	- €	- €	610 679,40 €
	<u>1 788 414,42 €</u>	<u>1 184 023,00 €</u>	<u>- €</u>	<u>- €</u>	<u>- €</u>	<u>2 972 437,42 €</u>
	Saldo em 01-Jan-21	Depreciações período	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-21
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	190 382,38 €	13 382,26 €	- €	- €	- €	203 764,64 €
Equipamento básico	183 321,47 €	2 623,34 €	- €	- €	- €	185 944,81 €
Equipamento de transporte	98 229,98 €	1 750,00 €	- €	- €	- €	99 979,98 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	20 128,54 €	395,00 €	- €	- €	- €	20 523,54 €
Outros activos fixos tangíveis	7 027,40 €	- €	- €	- €	- €	7 027,40 €
	<u>499 089,77 €</u>	<u>18 150,60 €</u>	<u>- €</u>	<u>- €</u>	<u>- €</u>	<u>517 240,37 €</u>

Outros ativos fixos intangíveis

No que concerne à rubrica de “outros ativos” nos períodos de 2022 e 2021 não existiram variações a registar.

5. Investimentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “investimentos financeiros” apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Participação Capital - Fundo reestruturação	239,71 €	239,71 €
Fundos de compensação	4 752,56 €	3 380,62 €
	<u>4 992,27 €</u>	<u>3 620,33 €</u>

6. Utentes

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Clientes-Utentes” apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-22		31-Dez-21	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Cientes				
Utentes conta corrente	- €	39 655,89 €	- €	17 135,62 €
Utentes de cobrança duvidosa	- €	- €	- €	- €
Perdas por imparidade acumuladas	- €	- €	- €	- €
	<u>- €</u>	<u>39 655,89 €</u>	<u>- €</u>	<u>17 135,62 €</u>

O valor de utentes c/c, traduz o valor das mensalidades em atraso dos utentes, mas que tudo indica que serão pagas no período seguinte ou anuladas, por via da emissão de notas de crédito, uma vez que foram processadas incorretamente.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não ocorreram movimentos na rubrica “Perdas por imparidade acumuladas de clientes.”

7. Estado e Outros entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Activo		
Imposto sobre o rendimento	- €	- €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	17 681,78 €	7 933,50 €
Outros impostos e taxas	- €	- €
	17 681,78 €	7 933,50 €
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	3 240,56 €	4 089,01 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	- €	- €
Segurança Social	13 321,99 €	12 251,63 €
Outros impostos e taxas	134,80 €	90,25 €
	16 697,35 €	16 430,89 €

8. Outras contas a Receber

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-22		31-Dez-21	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	- €		- €	- €
Outros	276 525,62 €	- €	1 322 397,23 €	- €
	276 525,62 €	- €	1 322 397,23 €	- €
Perdas por imparidade acumuladas	- €	- €	- €	- €
	276 525,62 €	- €	1 322 397,23 €	- €

O valor apresentado em outros, corresponde ao valor que se espera receber do FEDER, relativo à candidatura “ALT20-06-4842-FEDER-000089” - “Programa Operacional Regional do Alentejo” aprovada em 29/11/2022, com a designação de “Ampliação e remodelação do ERPI/LTINSG de Póvoa e Meadas, conforme se detalha no ponto 10 do presente relatório.

9. Caixa e Depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Caixa	322,72 €	802,25 €
Depósitos à ordem	117 051,34 €	185 400,65 €
Depósitos à prazo	13 333,20 €	12 074,18 €
	<u>130 707,26 €</u>	<u>198 277,08 €</u>

10.Fundo de Capital

Durante o exercício de 2022, nos fundos patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Diminuições</u>	<u>Saldo final</u>
Fundos	167 173,80 €	- €	- €	167 173,80 €
Resultados transitados	730 179,03 €	49 272,75 €	- €	779 451,78 €
Outras variações nos Fundos Patrimoniais	2 268 677,15 €	82 110,93 €	- €	2 350 788,08 €
Resultado líquido exercício	40 772,75 €	- €	40 772,75 €	- 20 056,46 €
Total	<u>3 206 802,73 €</u>	<u>131 383,68 €</u>	<u>40 772,75 €</u>	<u>3 277 357,20 €</u>

Os movimentos registados nos fundos patrimoniais no exercício de 2022 correspondem à transferência do resultado líquido do exercício apurado em 2021 no montante de 40.772,75€, para resultados transitados, ao resultado líquido apurado em 2022 e correção efetuada.

Por outro lado, a diminuição na rubrica de outras variações nos fundos patrimoniais reflete a regularização dos subsídios ao investimento.

O valor de 2 350 788,08 corresponde ao incentivo financeiro FEDER concedido através da candidatura "ALT20-06-4842-FEDER-000089"- "Programa Operacional Regional do Alentejo" aprovada em 29/11/2022, com a designação de "Ampliação e remodelação do ERPI/LTINSG de Póvoa e Meadas". Esta candidatura, a esta data já aprovada, consiste na ampliação e remodelação da resposta social ERPI da Instituição, que inclui dois edifícios, e cuja intervenção tem por fim modernizar e dotar os mesmos das condições necessárias e obrigatórias nos termos legais com o intuito de melhorar os serviços prestados aos utentes. Tem ainda como objectivo promover a integração social e combater a pobreza e qualquer discriminação.

11.Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Fornecedores conta corrente	14 821,33 €	14 283,64 €
	<u>14 821,33 €</u>	<u>14 283,64 €</u>

12. Financiamentos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Financiamentos obtidos” tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Empréstimos Bancários	721 530,83 €	503 000,83 €
Outros empréstimos	- €	- €
	<u>721 530,83 €</u>	<u>503 000,83 €</u>

13. Outras contas a pagar

A rubrica de “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

	<u>31-Dez-22</u>		<u>31-Dez-21</u>	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	- €	3 675,45 €	- €	1 273,19 €
Outros credores	- €	96 474,71 €	- €	87 267,64 €
	<u>- €</u>	<u>100 150,16 €</u>	<u>- €</u>	<u>88 540,83 €</u>

14. Vendas e Serviços prestados

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Vendas” e “Serviços prestados”

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Serviços Prestados		
Infância e Juventude	1 242,78 €	1 620,00 €
Família e comunidade	1 664,02 €	1 370,87 €
Lar	225 157,99 €	181 854,55 €
Ampliação Lar	177 074,44 €	166 994,24 €
Centros de Dia	2 401,98 €	6 297,54 €
Apoio Domiciliário	26 732,26 €	14 855,03 €
Quotizações	8 598,23 €	4 159,56 €
Subtotal	<u>442 871,70 €</u>	<u>377 151,79 €</u>
Total prestação de serviços	<u>442 871,70 €</u>	<u>377 151,79 €</u>

15. Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios de outras entidades":

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Subsídios do Estado e outros entes públicos	536 574,71 €	576 776,75 €
Subsídios de outras entidades	- €	- €
Doações e heranças	- €	- €
Autarquias	- €	- €
Total de Subsídios, doações e legados	<u>536 574,71 €</u>	<u>576 776,75 €</u>

16. Custo das mercadorias vendidas

A 31 de Dezembro de 2022, a Entidade apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-22			31-Dez-21		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Regularizações	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Compras	94 950,84 €	- €	94 950,84 €	1 356,70 €	- €	1 356,70 €
Saldo final em 31 de Dezembro	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Custo de vendas	<u>94 950,84 €</u>	<u>- €</u>	<u>94 950,84 €</u>	<u>1 356,70 €</u>	<u>- €</u>	<u>1 356,70 €</u>

17. Fornecimentos e Serviços externos

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Subcontratos	12 020,24 €	79 262,03 €
Trabalhos especializados	12 784,07 €	11 189,59 €
Publicidade e propaganda	-	- €
Vigilância e segurança	1 744,71 €	1 672,40 €
Honorários	31 005,95 €	22 524,69 €
Conservação e reparação	18 032,67 €	12 571,64 €
Serviços bancários	1 591,84 €	3 973,64 €
Outros	4 104,20 €	9 188,63 €
Materiais	11 160,96 €	8 481,42 €
Energia e fluídos	55 535,02 €	47 508,40 €
Deslocações, estadas e transportes	2 774,94 €	1 814,08 €
Serviços diversos	53 842,44 €	57 215,27 €
	<u>204 597,04 €</u>	<u>255 401,79 €</u>

18. Gastos com o pessoal

Os gastos que a Entidade incorreu com os colaboradores foram os seguintes:

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Remunerações do pessoal	567 598,44 €	526 819,24 €
Indemnizações	- €	1 199,88 €
Encargos sobre remunerações	125 115,12 €	117 720,01 €
Seguros de doença e acidentes trabalho	3 168,22 €	6 130,19 €
Gastos de acção social	- €	- €
Outros gastos com pessoal	1 099,74 €	1 250,10 €
Total de gastos com o pessoal	<u>696 981,52 €</u>	<u>653 119,42 €</u>

19. Outros rendimentos e ganhos

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Rendimentos suplementares	1 233,11 €	1 532,45 €
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	-	- €
Outros rendimentos e ganhos	18 542,14 €	15 528,71 €
	<u>19 775,25 €</u>	<u>17 061,16 €</u>

O valor apresentado em rendimentos suplementares corresponde basicamente a: reembolso diversos.

Na rubrica de outros, conta 788, estão incluídos, rendimentos provenientes de benefício de consignação fiscal (2.806,15) e proporção de subsídios de investimento imputados a rendimentos do exercício (15.323,32)

20. Outros gastos e perdas

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Impostos	83,31 €	204,01 €
Outros gastos e perdas	2 664,32 €	1 105,10 €
	<u>2 747,63 €</u>	<u>1 309,11 €</u>

21. Gastos/ reversões de depreciações

A 31 de dezembro de 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos:

	31-Dez-22			31-Dez-21		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Activos fixos tangíveis	18 954,62 €	-	18 954,62 €	18 150,60 €	-	18 150,60 €
	<u>18 954,62 €</u>	<u>- €</u>	<u>18 954,62 €</u>	<u>18 150,60 €</u>	<u>- €</u>	<u>18 150,60 €</u>

22. Resultados financeiros

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	- €	- €
	- €	- €
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	1 046,47 €	879,33 €
Outros gastos e perdas de financiamento	- €	- €
	1 046,47 €	879,33 €
Resultados financeiros	- 1 046,47 €	- 879,33 €

Os juros obtidos correspondem a juros recebidos de depósitos efetuados em 2022 na Caixa geral de depósitos e na Caixa de crédito agrícola. Os juros suportados correspondem a juros de mora pagos.

23. Eventos Subsequentes

Não existem divulgações relevantes á data do presente relatório.

24. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 vão ser submetidas em Assembleia geral de março.

Póvoa e Meadas, 30 março de 2023

O Contabilista Certificado

O Presidente
